O Caso Damião - Antecedentes de um precedente:

justicialização, direitos humanos e saúde mental no Brasil¹

Martinho Braga Batista e Silva*

A primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos, como deve ser de conhecimento de todos ligados à implantação das políticas de saúde mental, foi a morte de uma pessoa com transtorno mental em um hospital psiquiátrico credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 1999, que deflagrou a denúncia cujo resultado foi a condenação do Estado Brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH), no ano de 2006, e ficou conhecida como “Caso Damião Ximenes”. Damião Ximenes é o nome da falecida pessoa com transtorno mental mencionada, e sua irmã foi a autora da denúncia. O movimento antimanicomial e uma organização não-governamental de proteção e promoção dos direitos humanos tendo colaborado para transformar em causa universal e coletiva das ditas “vítimas do manicômio” uma queixa particular e individual da irmã.

* Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ)

¹ Esse capítulo de livro é um dos desdobramentos de uma tese de doutorado em antropologia defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pesquisa tendo sido financiada pelo CNPQ. A etnografia foi conduzida após autorização de um Comitê de Ética em Pesquisa. Agradeço o acolhimento do Prof. André Rios no IMS-UERJ e a disponibilidade para o diálogo sobre direitos humanos em diferentes disciplinas que ministramos juntos.

Muitas análises sobre o caso Damião Ximenes costumam tecer considerações sobre a condenação e reconstituir os elementos do caso até o momento da denúncia, o estudo de Lira & Bastos (2010) sendo uma exceção por também incluir o momento da indenização e o de Borges (2009) por realizar uma pesquisa na qual denúncia, condenação e indenização são investigados também da perspectiva dos parentes da vítima. A internação, um dos momentos que antecede a denúncia, é pouco problematizada, bem como outros aspectos do caso que aqui serão apresentados.

UM PACIENTE PSIQUIÁTRICO QUE NUNCA SE TORNOU USUÁRIO DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

Um fim de semana, momento no qual não só o funcionamento da casa de repouso na qual a vítima ficou internada como também o de muitos outros estabelecimentos médicos conveniados ao SUS é em regime de plantão, foi o período no qual parecem ter acontecido as situações que ocasionaram o que terminou sendo considerado “uma morte por maus tratos”. O dia da morte da vítima, 4 de outubro de 1999, foi uma segunda-feira. Damião foi internado três dias antes, na noite de sexta-feira, dia 1 de outubro, e a morte aconteceu na manhã de segunda, portanto, a vítima permaneceu o sábado e o domingo na casa de repouso e foi encontrada pela mãe na segunda-feira pela manhã com hematomas e sangramentos. Segundo o relatório de sindicância, há “rasuras” nos registros acerca do paciente, justamente no domingo (Secretaria de Saúde e Ação Social de Sobral, 2000: 9).

Assim, no “Livro de Ocorrência da Enfermagem” consta que paciente “havia caído no banheiro, tendo cortado o supercílio”, tendo sido medicado em seguida, enquanto à noite “há relato dando conta de que o mesmo encontrava-se agressivo, chegando a agredir outros pacientes”, tendo sido “posto em contenção” logo após e “conforme consta no livro, com rasuras, ‘não [palavra rasurada] foi administrado Haldol + Fenegan...” (Secretaria de Saúde e Ação Social de Sobral, 2000: 9). Os auditores responsáveis pelo relatório de sindicância tomaram o depoimento dos dois médicos plantonistas, sendo que um deles, justamente quem atendeu a vítima na segunda-feira e

fez o laudo de causa da morte por parada cardiorrespiratória, não veio ao plantão no fim de semana, enquanto o outro “prescreveu a medicação sem examinar o paciente” pela manhã, especulando também em que medida “Teria a enfermagem administrado a medicação citada sem prescrição médica” à noite, daí a rasura posterior.

Segundo consta na carta escrita pela irmã da vítima (Pereira, 2001) e em trechos da ação penal (Comarca de Sobral, 2009), a casa de repouso sob sindicância já tinha sido vistoriada anteriormente, no ano de 1996, momento no qual já tinha sido constatada a precariedade da assistência psiquiátrica prestada e recomendado, inclusive, a desativação de uma das alas do estabelecimento. Segundo a carta, a vítima “teve vida normal até os 17 anos de idade” (ano de 1986), sendo que já tinha sido internada outras duas vezes na casa de repouso, em 1995 e 1998, tendo se mencionado que havia presenciado “violência” no estabelecimento anteriormente (Pereira, 2001: 126-127).

Em outras palavras, a vítima já tinha sido “paciente” da casa de repouso antes, tornando-se um “corpo” no IML depois de sua última internação. O relatório de sindicância mostrou que essa passagem entre o Damião-paciente e o Damião-corpo caminhou por entre as “precárias condições de assistência” da casa de repouso. As informações mais abrangentes sobre a vítima – ou a “pessoa” Damião – são possíveis de serem visualizadas apenas através da consulta à carta-denúncia, não do prontuário e do laudo médico, ou seja, apenas quando o Damião-pessoa estava para se tornar o Damião-caso. Deste modo, o momento da internação aponta para a passagem de pessoa a paciente em hospitais psiquiátricos sublinhada por Goffman (1974), enquanto o da morte demonstra a de indivíduo a corpo em institutos médico-legais, colocada em relevo por Ferreira (2009), a denúncia inaugurando a construção da vítima como caso, ressaltada por Boltanski (1993).

Em outubro de 1999, período da internação da vítima, o trâmite do projeto de lei 3657 / 1989 no Congresso Nacional estava chegando ao fim, o famoso projeto de lei Paulo Delgado – inspirado na também célebre Lei 180 / 1978, na Itália

– terminando por se tornar a citada Lei 10.216 / 2001 apenas um ano e meio depois. Até então estava em vigor um decreto de 1934, que dizia respeito ao tratamento da doença mental e não à proteção e aos direitos humanos de portadores de transtorno mental, embora a portaria 224 / 1992 do Ministério da Saúde já estimulasse a atenção extra-hospitalar em saúde mental antes da lei antimanicomial. O fomento financeiro à instalação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no território nacional em 1992, certamente contribuiu para que esses serviços abertos de atenção diária deixassem de significar dezenas de estabelecimentos na década de 1980, e passassem às centenas na década de 1990, chegando a 295 em 1999 (Delgado & Weber, 2003), mas apenas com a lei de 2001 chegaram aos milhares.

Segundo Sampaio (1998) é de 1991 o primeiro CAPS criado no Ceará, na cidade de Iguatu, sul do estado, a primeira rede de atenção em saúde mental também se constituindo nessa região em 1996, em Quixadá, sendo que não havia nenhum desses estabelecimentos na modalidade de atenção diária ao alcance de Damião Ximenes quando ele morreu, aos 30 anos, em 1999, muito menos ainda quando seu processo de adoecimento mental se iniciou, segundo a irmã aos 17 anos, em 1986. Damião não era morador da cidade em que se localizava a Casa de Repouso, Sobral, mas de Varjota, a quase cem quilômetros, onde não havia assistência psiquiátrica pública disponível em 1999, nem hospitalar nem extra-hospitalar. No conjunto de municípios próximos de Varjota e Sobral, região norte do estado do Ceará, com mais de um milhão de habitantes na época da internação, não havia um CAPS sequer em 1999, a Casa de Repouso sendo a principal referência de atendimento em saúde mental para a população, com 60 leitos conveniados ao SUS e 80 ao total, em funcionamento desde 1974.

Ainda segundo Sampaio (1998), embora já houvesse iniciativas no sentido de mudar essa situação em Sobral desde 1997, a modalidade de atendimento hospitalar na Casa de Repouso, na Santa Casa de Misericórdia e em outro hospital local predominava na cidade. Havia também a modalidade ambu-

latorial no Centro de Especialidade Médicas – com equipe multiprofissional formada de psicólogo, assistente social e psiquiatra – e mais dois psiquiatras com consultório privada disponíveis, sem nenhum sinal da modalidade atenção diária no horizonte. Embora os parentes da vítima já tivessem procurado atendimento anteriormente na capital do estado do Ceará, Fortaleza, no mesmo dia em que ela voltou da consulta médica apresentou uma “alteração” e foi novamente internado na casa de repouso, em 1998 (Pereira, 2001).

De certo modo, pode-se dizer havia pouca ou quase nenhuma opção de atendimento a Damião e sua família que não Guararapes, bem como para toda a população da região norte do estado do Ceará, desde a década de 1970. A internação que precede a morte da vítima acontece em meio a um cenário da oferta de assistência psiquiátrica bem diferente do atual, no qual a cobertura de CAPS por cem mil habitantes no país chegou a 0.72 em 2011, considerada “muito boa”, portanto, particularmente no estado do Ceará que subiu de 0.25 em 2002 para 0.95 em 2011, tornando-se o estado com a maior cobertura do país (Brasil, 2012: 7).

Ou seja, antes de se tornar o Damião-caso descrito na sentença da Corte IDH e nos jornais, a vítima só vivenciou o lugar de “paciente” na casa de repouso e “corpo” no IML, o Damião-pessoa descrito na carta-denúncia não teve a oportunidade de vir a ser mais um usuário de serviços de saúde mental. Entretanto, sua irmã tornou-se parte do segmento dos familiares no movimento da luta antimanicomial posteriormente, mais por sua condição de “vítima do manicômio” que faz uma denúncia do que pela colaboração de algum membro do segmento dos profissionais para o atendimento de seu parente.

UM SOFRIMENTO ACOLHIDO MAIS PELOS DIREITOS HUMANOS DO QUE PELA SAÚDE MENTAL

Deixando a internação (primeiro de outubro de 1999) e a morte da vítima (4 de outubro do mesmo ano) para trás e nos concentrando agora no intervalo entre a morte e a denúncia da irmã da vítima à Corte IDH (22 de novembro de 1999), nota-se que a queixa da mãe da vítima na del-

egacia acontece no mesmo dia da morte e a queixa na Secretaria de Saúde e Ação Social de Sobral (SAAS) duas semanas depois. Após a queixa na delegacia a irmã da vítima recolheu muitos depoimentos de pessoas que foram agredidas e assistiram a agressões por parte dos funcionários dentro do estabelecimento psiquiátrico, inclusive de parentes de pessoas mortas a “pauladas” na instituição (Pereira, 2001: 117-118). Segundo a carta-denúncia, esses depoimentos foram entregues ao delegado de polícia da cidade, mas quando a denunciante solicitou consultar os documentos, posteriormente ela não os encontrou na delegacia e o delegado lhe disse que os tinha deixado em sua casa.

Esse tipo de interação com o estabelecimento policial, juntamente com a anterior com o estabelecimento médico que internou Damião e também com o médico-legal que periciou o corpo, suscitou a “indignação” dos parentes da vítima (Pereira, 2001: 129), que passaram a “gritar por justiça”. A petição foi acolhida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará antes da Comissão IDH, órgão que enviou a carta-denúncia à SAAS (28 de outubro de 1999) e realizou uma audiência pública sobre o assunto (11 de novembro do mesmo ano), muito antes da audiência pública na Corte IDH em 2005 desta forma (idem: 137).

Como outras análises sobre o caso Damião Ximenes já destacaram, a denúncia acontece mesmo em um contexto sócio-histórico específico da luta pela proteção aos direitos humanos no país, já que no ano anterior o Brasil finalmente tinha se submetido à jurisdição da Corte IDH, embora em 1992 já tivesse ratificado a Convenção IDH – o Pacto de San José, criado em 1969 – e, portanto, dado o primeiro passo na direção de um compromisso com o cumprimento de normativas internacionais desta ordem no território nacional, algo que só seria concluído 10 anos depois, com a promulgação do citado Decreto 678 / 2002. Este fato sinaliza para todos os órgãos da administração pública nacional que eles deviam cumprir a referida norma internacional.

Em outras palavras, setores do Poder Executivo Federal como a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e outros órgãos governamentais nacionais competentes já tinham a obrigação de responder e averiguar denúncias da Comissão IDH desde 1998, embora apenas em 2002 tenham sido efetivamente instados a fazê-lo, o que torna compreensível – o que não significa aceitável – a demora da resposta do “Estado Brasileiro” aos ofícios da Comissão IDH apontando a denúncia da irmã de Damião, a primeira apenas em março de 2003, mais de três anos depois, portanto. O tempo da incorporação de normas internacionais de proteção aos direitos humanos pelos estados nacionais destoa do tempo dos órgãos responsáveis por fazer com que elas sejam cumpridas. O Brasil submeteu-se à jurisdição da Corte IDH duas décadas depois que a Convenção IDH estava em vigência no continente americano e 50 anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Corte IDH concluiu que o Brasil era responsável por violação de direitos humanos, entre outras razões, por não ter recebido nenhuma resposta do país aos seus ofícios no mesmo ano em que o Decreto 678 / 2002, que instou os órgãos governamentais nacionais a respondê-lo, foi promulgado.

Muito embora o trâmite da denúncia à Comissão IDH no interior dos órgãos do Poder Executivo em âmbito federal tenha sido aparentemente vagaroso e a apropriação das normativas internacionais desta ordem pareça lenta, em nível estadual órgãos do Poder Legislativo nacional foram tão ágeis quando os órgãos do Sistema IDH, já que a citada Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará pressionou o município no qual aconteceu o óbito em menos de um mês depois da morte.

A Convenção IDH foi promulgada em 1969, 10 anos antes a Corte IDH, tendo sido criada na cidade de San José, Costa Rica, razão pela qual esta convenção ficou conhecida como Pacto de San José. Em 1979 foi criada a Corte IDH, para favorecer ainda mais o respeito a estes direitos no continente americano, de modo que as denúncias de violação poderiam ser enviadas à

Comissão e posteriormente, se consideradas admissíveis com base na Convenção, julgadas pela Corte, embora no Brasil, como dito antes, apenas a partir de 1998. Além da Convenção, duas outras normas internacionais ligadas à ONU foram promulgadas nesse período: os Princípios para a Proteção de Pessoas Acometidas de Transtorno Mental em 1991; e, uma década depois, a Convenção Internacional para Eliminação da Discriminação à Pessoa com Deficiência, todas elas relevantes no julgamento do caso Damião Ximenes e citadas na perícia que subsidiou a decisão da Corte IDH.

Esse conjunto de marcos normativos internacionais foi a base da perícia que embasou a decisão da Corte IDH, bem como a própria condição de produção da denúncia à Comissão IDH pela irmã da vítima, elemento sublinhado por Borges (2009), que também menciona que o fato da denunciante ser uma das poucas moradoras da cidade com acesso à internet como condição para tanto. Como mencionado em outra ocasião (Silva, 2014), além desses elementos também há outra importante condição de possibilidade da denúncia, mencionada pela própria irmã da vítima: a indignação suscitada e a experiência adquirida desde sua atuação profissional como funcionária de órgãos governamentais do poder executivo e legislativo municipal, antes de se tornar contadora, secretariando dirigentes e convivendo com o trâmite burocrático de ofícios, inclusive acerca de recursos alocados – ou não – no setor saúde.

Após os laudos médicos que não confirmavam tortura e maus tratos, a família denunciou o caso primeiramente junto a organismos nacionais de direitos humanos segundo a matéria da BBC – “Indignada, a família procurou grupos de direitos humanos e a comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Ceará” – e posteriormente a internacionais, segundo a matéria da DN – “A família apresentou o caso, o primeiro envolvendo a questão da saúde mental a ser julgado pela Corte, em 22 de novembro de 1999 à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA” – sendo que foram principalmente esses órgãos, de direitos humanos, que parecem ter acolhido sua demanda. No entanto, nota-se pelo relatório de

sindicância que, antes mesmo da audiência pública na Assembleia Legislativa e da denúncia à Comissão IDH, em novembro de 1999, a Secretaria Municipal de Saúde já tinha escutado a mãe da vítima, em outubro de 1999 (Oliveira Silva, 2000: 2).

Segundo Pereira (2001:129-130), a carta-denúncia foi enviada a mais de 30 destinatários, órgãos do setor saúde e justiça do Poder Executivo e de direitos humanos do Poder Legislativo, entre outros. Além do apoio do Movimento da Luta Antimanicomial, que divulgou a carta-denúncia em 2001, a irmã da vítima também teve sua demanda acolhida por uma organização não-governamental de proteção aos direitos humanos, a Justiça Global, que foi sua peticionaria junto à Corte IDH, bem como o apoio da Anistia Internacional, que cedeu um advogado para colaborar com a mãe da vítima em uma ação cível solicitando indenização junto ao estado do Ceará.

Diferente de outras denúncias enviadas à Comissão IDH, esta não só chegou a ser julgada pela Corte IDH como também resultou em condenação (Seixas & Nagado, 2009), sendo que outras três denúncias, apenas, tiveram o mesmo destino até o ano de 2012. Além disso, diferente de outros fechamentos de hospitais psiquiátricos no Brasil, como a pioneira desativação da Casa de Saúde Anchieta em Santos (SP) em 1989 (Tykanori, 1996), a denúncia que o desencadeou foi de autoria de um parente do paciente, não de profissional ou conselho de classe. Enfim, em relação a outras mortes violentas em manicômios (Oliveira Silva, 2001) também há uma distinção, pois à morte de Damião Ximenes não só se seguiu uma queixa prestada em uma delegacia como também uma ação penal tramitando em um fórum e uma sentença apontando para a condenação dos réus em julgamento, sem falar da indenização.

A morte, a denúncia à Comissão IDH, a condenação na Corte IDH, a ação penal e a cível, bem como o fechamento do hospital psiquiátrico, foram noticiados na mídia, as duas primeiras sendo divulgadas por jornais de âmbito local e nacional, a terceira pela imprensa internacional também, os três últimos permanecendo apenas no âmbito local de difusão. Os jornais Diário do Nordeste, O Povo, Correio Brasiliense e Folha de São Paulo colaboraram para esse processo de visibilização

do caso nos veículos de comunicação, muitas vezes inclusive nomeando as matérias “caso Damião Ximenes”, outras vezes grifando as fases do processo, a denúncia, a condenação e a indenização. Além de ser noticiada em jornais, a denúncia da irmã de Damião Ximenes à CIDH foi mencionada em alguns relatórios antes da condenação. Um conselho de classe, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), citou-a no ano seguinte, em uma publicação sobre a avaliação do processo de reforma psiquiátrica brasileira (Oliveira Silva, 2000: 85), tendo realizado um dossiê sobre o caso Damião Ximenes logo em seguida, em publicação citada anteriormente (Oliveira Silva, 2001). Dois órgãos do Poder Executivo também a mencionaram, a SEDH em relatório sobre a proteção dos direitos humanos no país (Mesquita Filho, 2002: 229) e o Ministério da Saúde no relatório final da III Conferência Nacional de Saúde Mental (Brasil, 2001). Deste modo, algumas menções e um dossiê sobre o caso Damião Ximenes aconteceram após a denúncia, a grande maioria dos estudos sobre ele seguindo-se à condenação.

Considerando essas peculiaridades do caso Damião Ximenes, nota-se que não é só o ineditismo da sentença de condenação que o particulariza, mas a própria forma como aconteceu a denúncia, realizada por um parente e não um profissional. Além disso, não é só o processo que tramitou no Sistema IDH o único processo judicial em curso após a morte de Damião Ximenes, pois a ela se segue também a sindicância na SAAS e a ação cível e penal na Comarca.

No que tange à condenação, muitos dos autores que examinaram o caso Damião Ximenes destacaram mais o precedente nacional do que o internacional aberto pela mesma, mencionando e problematizando regularmente que se tratava da primeira condenação do Brasil na Corte IDH e nem sempre destacando o fato de ter sido a primeira vez que um país no mundo foi condenado por violar os direitos humanos de pessoas acometidas de transtorno mental. Um representante da SEDH chegou a afirmar que tinha sido a primeira condenação do país por violação de direitos humanos em um tribunal internacional, não só na Corte IDH, ou seja, sublinhou mais uma vez o precedente nacional e ampliou ainda mais o pio-

neirismo da sentença.

Todos os autores citados valorizaram a sentença na história da luta pelos direitos humanos no Brasil, mais do que naquela da saúde mental, inclusive talvez venha daí o destaque dado ao precedente nacional: a primeira condenação por violação de direitos humanos mais do que a primeira condenação por violá-los para com pessoas acometidas de transtornos mentais. Ainda no que tange a estes estudos, a maioria deles inclui a denúncia à Comissão IDH apenas como parte do trâmite no Sistema IDH, que envolve a Comissão IDH e posteriormente a Corte IDH.

O estudo que conduzi anteriormente sobre o caso Damião Ximenes (Silva, 2009) está entre aqueles que destacam o precedente nacional, um dos pioneirismos da condenação, pensando-a como um daqueles eventos na história de uma nação que faz emergir outras modalidades de ação política, redefine categorias morais e abre espaço para a eclosão de atores e instâncias políticas, um evento crítico (Das, 1996), portanto. Ainda sobre este estudo preliminar, o mesmo se encontra entre as análises sobre o caso que se estendem para além do momento da sentença de condenação, remontando até o instante da denúncia, formulando-a como uma ocasião na qual o clamor por justiça favorece a passagem entre o interesse particular e a mobilização coletiva (Boltanski, 1984), do mesmo modo como o estudo de Borges (2009). Enfim, diferentemente de outras pesquisas sobre o caso, notei o quanto ele dizia respeito a um processo de alocação de responsabilidades singular se comparado a outros casos da história da psiquiatria e do asilo, atribuindo a culpa pela morte por maus tratos a Estados e não a indivíduos, com base na noção de atribuição de responsabilidade pelo infortúnio (Evans-Pritchard, 2005). Um modo de contar a estória do caso é justamente começar pelo algoz, autor da violação de direitos humanos, o “Brasil”, “governo brasileiro” ou ainda “país” em ambas as matérias, a “Secretaria Especial de Direitos Humanos” o representando na matéria da BBC, muito embora segundo a declaração da denunciante junto à Corte IDH na matéria da BBC tratar-se-ia de “um crime cometido por um

manicômio”, ou seja, por um estabelecimento e não por uma nação, Estado ou setor do Poder Executivo. O algoz segundo a sentença da Corte IDH foi o “Estado Brasileiro”, tendo em vista a responsabilidade internacional por violação de direitos humanos em vigor nestes tribunais internacionais, levando em conta o fato da Casa de Repouso Guararapes estar credenciada ao SUS quando da morte da vítima. Mais do que o poder legislativo ou mesmo o judiciário, foi o poder executivo o colocado no banco dos réus, particularmente os setores da saúde e da justiça, a prestação de serviços em nível municipal tendo deixado em muito a desejar da perspectiva dos membros da Corte IDH. Este ente de direito internacional, o Brasil, foi condenado na Corte IDH, o Caso Damião Ximenes, enquanto indivíduos o foram na ação penal no fórum, funcionários e dono da casa de repouso tendo sido condenados a prisão em regime semi-aberto, o Caso Casa de Repouso Guararapes. Ao mesmo tempo, o “nosocômio” foi considerado sem condições de ofertar assistência, tendo sido descredenciado e posteriormente fechado. Portanto, indivíduos e instituições, bem como poderes e setores de estados-nação, foram considerados autores do crime.

DIFERENÇAS, DIVERGÊNCIAS E TENDÊNCIAS

Retomando os agentes e agências envolvidos no caso Damião Ximenes, bem como a cronologia dos principais acontecimentos que cercaram o mesmo, temos que: 1 – a denúncia acontece no mesmo ano da morte, em 1999, a condenação quase 7 anos depois, em 2006, e a indenização no ano seguinte, em 2007; 2 – a denúncia à Corte IDH foi realizada pela irmã da vítima, a condenação foi dirigida ao Estado Brasileiro e foram indenizados o pai, o irmão gêmeo de Damião, a mãe e a irmã; 3 – o período entre a queixa na delegacia local por parte da mãe da vítima e a denúncia ao tribunal internacional pela irmã desta é de 1 mês e meio aproximadamente, entre 4 de outubro de 1999 e 22 de novembro do mesmo ano, entre elas acontecendo a denúncia da mãe da vítima na secretaria municipal de saúde em 18 de outubro e a audiência pública sobre o caso na assembléia legislativa estadual em 10 de novembro. Ou seja, a denúncia à Corte antecedeu tanto a ação penal na fórum, em março de 2000, quando o fecha-

mento da casa de repouso, em julho do mesmo ano.

Além deste tempo da denúncia à Corte IDH, vale ressaltar também o da produção de seu conteúdo, a própria carta-denúncia elaborada pela irmã da vítima. Embora a carta-denúncia tenha sido publicada sem data e apenas em 2001 na citada coletânea sobre mortes violentas em manicômios (Oliveira Silva, 2001), já em 28 de outubro de 1999 a mesma tinha sido recebida pela secretaria municipal de saúde, como mencionado anteriormente; em outras palavras, no máximo 24 dias após a morte da vítima a carta-denúncia já estava pronta.

A segunda perícia do corpo, realizada no IML da capital do estado e não na cidade em que aconteceu a morte, acontece no mesmo dia. Outras atividades periciais aconteceram ao longo do processo na Corte IDH, um parecer questionando o atendimento na casa de repouso, demonstrando a vulnerabilidade a maus tratos em que se encontrava a vítima na casa de repouso, e um parecer questionando a perícia do corpo no IML, através da qual questiona-se o fato da caixa craniana não ter sido aberta. Este último parecer desacredita a perícia do IML e na carta escrita pela irmã questiona-se esta mesma perícia com os mesmos argumentos técnicos: a caixa craniana não teria sido aberta. Esses argumentos e termos técnicos são dissonantes do conjunto da carta, inclusive. Além disso, o relatório de sindicância menciona que membros da equipe dos serviços de saúde mental da cidade em que ocorreu a morte procuraram os parentes da vítima no mesmo dia em que ela ocorreu, ou seja, que os parentes da vítima tiveram contato com profissionais do campo da saúde mental desde o início do processo que culminou na condenação do Brasil (Secretaria de Saúde e Ação Social de Sobral, 2000).

Poucos autores destacam o papel da militância antimanicomial na produção da denúncia – “Foram contactados [pela família], entre outros, militantes da luta antimanicomial e dos direitos humanos...” (Tófoli, 2007: 2) – e muito menos sugerindo uma colaboração entre profissionais do campo da saúde mental e os parentes da vítima, embora as entrevistas com os envolvidos no caso Damião Ximenes permita supor que: 1 –

muitos dos profissionais que vieram a ocupar cargos de gestão no sistema de saúde mental municipal e estadual acusam um dos profissionais que atuava nos serviços de saúde mental municipal, na época em que a morte ocorreu, de ter ajudado a denunciante a formular e enviar o documento para a Corte IDH; 2 – para uma parcela dos parentes da vítima, a trajetória pessoal e profissional da denunciante foi o principal determinante da denúncia, a colaboração de outros indivíduos e instituições sendo subsequente à mesma, embora não seja considerada secundária, pois uma relação de gratidão para com um profissional que trabalhava nos serviços municipais de saúde mental da cidade na época da morte foi consolidada ao longo do processo judicial.

Deste modo, as circunstâncias que cercaram a denúncia é permeada por versões, tanto diferentes quanto divergentes. Abaixo apresento a minha.

Em primeiro lugar, devo dizer que a condenação aponta para uma desarticulação, um conflito entre saúde mental e direitos humanos, representada pela cisão entre movimento social em âmbito nacional e gestão em nível federal.

Além disso, segundo Werneck Vianna, o principal estudioso do processo de judicialização no país, o ideário dos direitos humanos tem um papel fundamental no processo de judicialização da política e das relações sociais no Brasil, a expansão do acesso à justiça estando ligado justamente a uma perspectiva segundo a qual todas as pessoas possuem direitos, direitos estes inerentes, inalienáveis, irrevogáveis, invioláveis e indivisíveis, como o direito à vida. A primeira condenação do Brasil por violação dos direitos humanos apontaria para um processo de judicialização?

Do meu ponto de vista, tratar-se-ia de um processo de justicialização, segundo o conceito de Flávia Piovesan, que reserva esse termo para situações nas quais não é o Poder Judiciário de um Estado Nacional o demandado, mas um tribunal internacional. Além disso, para essa autora, nos processos de justicialização é a dimensão moral mais do que legal que está

em jogo, já que a maioria das cortes internacionais teria poder de coerção moral sobre os Estados-Nação, pressionando-se junto à opinião pública a cumprir suas sentenças e não obrigando-os. É assim que poderíamos compreender, por exemplo, que a sentença do Caso Damião Ximenes, da primeira condenação do Brasil por violação de direitos humanos, no ano de 2006, tenha sido cumprida em sua quase totalidade, a família inclusive tendo sido indenizada, mas até o ano de 2015 não o tenha sido em sua totalidade, quase 10 anos depois

REFERÊNCIAS

- Boltanski, L.** (1984). La dénonciation. Actes de la Recherche en sciences sociales, 51, 3-40.
- Boltanski, L.** (1993). La Souffrance a Distance – moral humanitaire, médias e politique. Paris: Éditions Métailié.
- Borges, N.** (2009). Damião Ximenes: a primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Revan.
- Brasil / Ministério da Saúde.** (2001). Cadernos da III Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil / Ministério da Saúde.** (2007). Saúde Mental em Dados – 4, ano 2, nº 4. Informativo eletrônico. Brasília.
- Brasil / Ministério da Saúde.** (2012). Saúde Mental em Dados – 10, ano 7, nº 10. Informativo eletrônico. Brasília.
- Brasil / Secretaria Especial de Direitos Humanos.** (2008). Brasil Direitos Humanos, 2008: a realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos.
- Comarca de Sobral / Estado do Ceará / Poder Judiciário.** (2009). Ação Penal 647 / 00. Juiz de Direitos da 3ª Vara. Autos do Processo na 3ª Vara da Comarca de Sobral: 4 volumes.
- Das, V.** (1996). Critical Events – an anthropological perspective on contemporary India. Oxford: Oxford University Press.
- Delgado, P. & Weber, R.** (2003) Configurações dos serviços de atenção diária até 2001: um estudo com 295 serviços. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 52, 236-242.
- Evans-Pritchard, E.** (2005) Bruxaria, Oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ferreira, L.** (2009) Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers.
- Goffman, E.** (1974) Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva.
- Lira, R. & Dias, R.** (2010). A saúde mental na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Con-sulex, XIV (320), 43-44.
- Mesquita Neto, P.** (2002). Segundo Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

- Oliveira Silva, M.** (2000). Como anda a Reforma Psiquiátrica Brasileira? Avaliação, Perspectivas e Prioridades. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Oliveira Silva, M.** (2001). A Instituição Sinistra – mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Pereira, M.** (2001). Damião – Um Grito de Socorro e Solidão. In: M. Oliveira Silva (Org.), A Instituição Sinistra – mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil (pp. 115-122). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Piovesan, F.** (2009). O Brasil e o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: impactos, desafios e perspectivas. Revista de Direito do Estado, 1, 317-336.
- Sampaio, J.** (1998). A Política de Saúde Mental em Sobral. Texto não publicado.
- Secretaria de Saúde e Ação Social de Sobral.** (2000). Relatório de Sindicância referente ao Processo 002/99. Unidade sindicada: Casa de Repouso Guarararapes. Período: 20.10.1999 a 18.02.2000.
- Seixas, R. & Nagado, B.** (2009). A atuação do Brasil no banco dos réus no Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 76, 293-311.
- Silva, M.** (2009). O Caso Damião Ximenes: saúde mental e direitos humanos. Série Anis, III (1), 1-10.
- Silva, M.** (2014). Reforma Psiquiátrica e Redes de Suporte Social: construindo “tecnologias psicossociais” In: Lima, A. (Org.) Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil (p. 315-342). Rio de Janeiro: E-papers.
- Tófoli, L.** (2007). Desinstitucionalização e integralidade no sertão cearense In: Pinheiro, R., Guljor, A., Silva Jr., A., Mattos, R. (Orgs.) Desinstitucionalização em Saúde Mental (p.225-238). Rio de Janeiro: CEPESC.
- Tykanori, R.** (1996). Contratualidade e Reabilitação Psicossocial In: Pitta, A. (Org.). Reabilitação psicossocial no Brasil (p. 55-59). São Paulo: Hucitec.
- Werneck Vianna, Luiz; Burgos, Marcelo e Salles, Paula.** (2007) Dezessete anos de judicialização da política. Tempo Social, 19 (2), 39-85.